

# **Declaração do Rio de Janeiro sobre o Papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública no Enfrentamento às Iniquidades em saúde**

**Rio de Janeiro, Dezembro de 2021**

As desigualdades sociais como determinantes estruturais das iniquidades em saúde foram documentadas e descritas desde o início do século XIX. Neste domínio, existe, em todas as partes do mundo, uma bibliografia muito extensa, que inclui construções teóricas e evidências quantitativas conclusivas.

A pandemia de COVID-19 agregou evidências globais incontestáveis sobre o papel das iniquidades sociais e económicas estruturais na disseminação e gravidade da doença.

Fatores tais como pobreza, desemprego, habitação precária, aglomerações, alfabetização deficiente e falta de acesso à atenção primária à saúde (cuidados primários), ao saneamento e abastecimento de água potável e ao transporte público adequado, estão claramente associados ao impacto da pandemia.

Adicionalmente, cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sofreu fortes retrocessos durante a pandemia:

- A pobreza aumentou na maior parte do mundo como consequência económica de bloqueios (“lock downs” - confinamentos) prolongados e outras medidas de controlo da pandemia que limitaram a mobilidade e as aglomerações e que

não tiveram a devida compensação ou auxílios estatais a indivíduos e famílias vulneráveis (ODS 1 – Sem pobreza).

- A segurança alimentar e a nutrição pioraram como resultado direto do aumento da pobreza (ODS 2 – Fome Zero).
- Os sistemas de saúde ficaram sobrecarregados com uma sindemia ou epidemia simultânea com agravamento da condição física e mental associados, que afetaram significativamente as famílias expostas à marginalização e exclusão social (ODS 3 – Boa saúde e bem-estar).
- As severas desigualdades na qualidade educacional pré-existent aumentaram devido às dificuldades sociais no acesso à aprendizagem à distância (ODS 4 – Educação de qualidade).
- A violência de género aumentou substancialmente, e um aumento crescente do trabalho doméstico não remunerado por parte das mulheres reduziu consideravelmente suas participações na força de trabalho formal e em cargos executivos (ODS 5 – Igualdade de género).
- O acesso equitativo à água, saneamento e energia piorou por causa do impacto da pandemia sobre a atividade económica (ODS 6 & 7 - Água limpa e saneamento, energia acessível e limpa).
- As perdas de empregos têm afetado particularmente os trabalhadores precários na economia informal, bem como os jovens com menos oportunidades de se incorporar na força de trabalho (ODS 8 – Trabalho decente e crescimento económico).
- A pandemia teve um impacto proporcionalmente muito maior nas populações socialmente fragilizadas, aumentando ainda mais as desigualdades dentro e entre os países (ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro e entre os países).
- Também fracassou a cooperação internacional por parte dos países mais ricos do mundo, embora algumas melhorias tenham sido feitas através da iniciativa COVAX, para garantir

uma distribuição justa de kits de diagnóstico, vacinas, medicamentos e equipamentos de proteção para os países sem acesso a eles, (ODS 10 e ODS 17 – Parcerias para as metas dos ODS).

Nesse contexto, os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs) em todo o mundo rapidamente se adaptaram à nova realidade, contribuindo cientificamente e mediante o aconselhamento especializado e a aplicação de tecnologia para o monitoramento em tempo real e oportuno para a tomada de decisões visando à mitigação e controle da pandemia.

Isso tem sido feito de várias maneiras, dependendo do contexto específico, do arcabouço legal e das missões dos INSPs.

Muitos institutos concentraram-se inicialmente no desenvolvimento e implementação de procedimentos diagnósticos; na organização dos sistemas de vigilância para criar indicadores diários e semanais relevantes para o monitoramento nacional e o suporte na tomada de decisões, assim como, na implementação de atividades de triagem, rastreamento de contatos e programas de promoção de saúde.

Grandes esforços foram feitos para ampliar a capacidade mundial para o monitoramento genômico que forneceu informações importantes para ajudar a monitorar vias de transmissão global e apoiar o desenvolvimento de vacinas mais eficazes contra novas cepas virais.

Os INSPs desempenharam um papel importante na implementação de programas de vacinação em larga escala, bem como no monitoramento e avaliação desses programas.

Muitos INSPs adotaram uma visão da equidade para priorizar e implementar intervenções e programas específicos para grupos sociais mais afetados pela pandemia ou que estavam em maior risco de desfechos adversos devido às iniquidades existentes.

A quarta revolução científica e industrial trouxe desenvolvimento de “big data”, modelos matemáticos e análise genómica à prática da saúde pública, mas a tecnologia não reduziu o rápido aumento e sem precedentes das iniquidades em saúde ocasionados por esta pandemia.

O uso de redes sociais e comunicação digital para propagar informações falsas nunca foi tão intenso como durante essa pandemia.

Além do COVID-19, o mundo está experimentando os impactos de ameaças globais adicionais à saúde, incluindo mudanças climáticas, exposição a risco ambiental incrementado, migração em massa e resistência anti-microbiana.

Mais de cinco milhões de pessoas morreram por COVID-19 em todo o mundo e esta pandemia não será controlada até que uma grande proporção da população global esteja vacinada.

A recuperação pós-pandemia oferecerá uma oportunidade única para tornar a redução das iniquidades de saúde uma prioridade, no curto prazo.

Priorizar a redução das iniquidades em saúde garantirá que todas as nações possam recuperar-se rapidamente dos recentes retrocessos no desenvolvimento global; proteger o futuro das suas economias e sistemas de proteção social; e fortalecer os sistemas de atenção primária (cuidados primários) à saúde para aqueles que foram mais afetados.

Os INSPs podem desempenhar um papel importante nesta recuperação, considerando o seu potencial de quadros de profissionais altamente especializados, a capacitação e liderando a advocacia sobre a equidade em saúde.

Os INSP devem estar presentes nas salas onde as decisões de formulação de políticas acontecem.

A sua experiência, conhecimentos e ferramentas podem ajudar a estabelecer mudanças políticas que reduzam as iniquidades em saúde. Isso se aplica a todos os níveis de atuação, desde as comunidades locais até ações intersectoriais e de avaliação de impactos na saúde, incluindo a formulação de políticas públicas saudáveis para populações e territórios resilientes que, assim, seriam capazes de suportar melhor as ameaças atuais e futuras.

Em consequência, nós, da Associação Internacional dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI), reunidos de forma virtual na cidade do Rio de Janeiro, durante sua Reunião Anual de 2021, instamos enfaticamente a nossas organizações membro a que incluam a promoção da equidade em saúde no centro dos seus respectivos planos de ação.

As prioridades nesse campo incluem o registo e documentação de iniquidades existentes através da vigilância direcionada ou observatórios que permitam medir avanços e reunir evidências sólidas e oportunas sobre intervenções públicas em saúde que objetivem a redução da crescente lacuna de iniquidades em saúde por parte dos níveis de decisão política, apoiando ao mesmo tempo, a sua implementação e avaliação.

Rio de Janeiro, Dezembro de 2021